

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE FARMÁCIA: OS CAMINHOS DA MUDANÇA

*Maria Cleide Ribeiro Dantas de Carvalho**

*Mirza Medeiros dos Santos**

BREVE HISTÓRICO DO CURSO DE FARMÁCIA DA UFRN

A criação dos cursos de Farmácia no Brasil foi consequência da Lei 520 de 03 de outubro de 1832, da Regência, em nome do Imperador D. Pedro II, que os instalou para funcionar nas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. No entanto, somente em 1839 surgiu a primeira escola para o ensino exclusivo da farmácia no Brasil através da Escola de Farmácia de Ouro Preto, criada pelo governo provincial de Minas Gerais (AGUIAR, 1992).

No Estado do Rio Grande do Norte, a história do ensino farmacêutico está dividida em duas etapas: a primeira abrange o período que vai de 1920 a 1925 com a ESCOLA DE PHARMACIA DE NATAL, e a segunda de 1947 e até os dias atuais (AGUIAR, 1992).

A criação da ESCOLA DE PHARMACIA DE NATAL, instituída pela Lei Estadual 497 de 02/12/1920, e efetivada em 1923 através do Decreto 192 de 08/01/1923, instituiu um Curso de Farmácia com duração de três anos, cuja primeira turma colou grau em 1925. Saliente-se que esse foi o primeiro curso de ensino superior no Estado do Rio Grande do Norte (AGUIAR, 1992).

Em observação à Lei 570 de 01/12/1923, o curso de Odontologia foi anexado à ESCOLA DE PHARMACIA DE NATAL.

* Professoras do Departamento de Farmácia da UFRN.

Apesar da vontade e determinação dos seus idealizadores, a ESCOLA DE PHARMACIA DE NATAL enfrentou uma série de dificuldades, e em consequência desses obstáculos teve que fechar suas portas por cerca de 22 anos, terminando dessa forma a primeira etapa do sonho acalentado por um grupo de obstinados idealistas que tudo fizeram para manter viva a chama da Farmácia em solo potiguar (AGUIAR, 1992).

Em 1947 o ensino da Farmácia no RN foi reativado com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Natal, através do Decreto-Lei 682 de 03/02/1947 (AGUIAR, 1992).

A cronologia estabelecida em seguida demonstra a seqüência de acontecimentos pertinentes à evolução histórica do ensino farmacêutico no RN (AGUIAR, 1992).

1948 – Decreto-Lei 25.973 de 05/12/1948 – autorização para funcionamento dos cursos de Farmácia e Odontologia;

1949 – Aprovação do Regimento Interno e realização do primeiro vestibular;

1951 – Colação de grau da primeira turma;

1952 – Reconhecimento dos cursos de Farmácia e Odontologia pelo Decreto Federal 31.209 de 29/07/1952;

1958 – Criação da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE, que absorveu a FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE NATAL;

1960 – Lei 3.829 de 18/12/1960 – federalização da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, com desdobramento dos cursos de Farmácia e Odontologia e mudança do nome do estabelecimento de ensino para FACULDADE DE FARMÁCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, através da Lei 3.727/1960;

1963 – Mudança Curricular;

1966 – Decreto 313 de 28/09/1966 – mudança do nome para FACULDADE DE FARMÁCIA E BIOQUÍMICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, pertencendo ao Centro de Ciências Aplicadas;

1970 – Mudança Curricular. Resolução 111/70 – CONSEPE de 18/10/70;

1974 – Decreto 74.211 – Reforma Cêntrica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e nova mudança na denominação para CURSO DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS;

1982 – Mudança Curricular. Resolução 207/82 – CONSEPE de 05/10/82;

1986 – Mudança Curricular. Currículo A4 Resolução 037/86 – CONSEPE de 18/02/86;

1991 – Resolução n. 04 do Conselho Federal de Educação – mudança do nome do curso para CURSO DE FARMÁCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE;

2000 – O Curso de Farmácia é avaliado pela primeira vez no ENC e recebe conceito A, sendo o único curso do Norte e Nordeste do Brasil a obter tal conceito;

2001 – O Curso de Farmácia é avaliado pela segunda vez no ENC e recebe conceito A, sendo o único curso do Norte e Nordeste do Brasil a obter tal conceito;

2002 – Mudança Curricular. Currículo 001/2002 – Resolução 017/2002 – CONSEPE, de 19/03/2002. Farmacêutico Generalista;

2002 – O Curso de Farmácia é avaliado pela terceira vez no ENC e recebe conceito A, sendo o único curso do Norte e Nordeste do Brasil a obter três conceitos A.

A REFORMA CURRICULAR 2002: UMA LONGA JORNADA

Ao longo da sua história, o Curso de Farmácia da UFRN realizou várias mudanças em seus currículos (1963, 1970, 1982 e 1986 e mais recentemente em 2002), visando fornecer ao aluno uma maior abrangência de conhecimentos inerentes ao desempenho do Farmacêutico nos mais variados campos de atuação no âmbito das suas habilitações.

Em 1990, iniciou-se o processo de discussão sobre o novo perfil para o profissional farmacêutico, antecedendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996) e a formulação das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Farmácia estabelecidos na Resolução CNE/CES n. 02 de 19/02/2002 (MEC, 2002). Após a implantação do Currículo aprovado em 1986 (Currículo A4, Resolução 037/86 – CONSEPE), observou-se que as mudanças ocorridas na sociedade, nas relações de produção e de trabalho e o grande avanço da ciência e da tecnologia exigiam um novo profissional farmacêutico.

A mobilização para uma nova reforma curricular, que contemplasse as mudanças necessárias para se formar um farmacêutico com um perfil mais adequado e preparado para os desafios e as incertezas que o novo contexto social lhe oferecia, teve início em 1990, logo após a conclusão da primeira turma formada pelo currículo implantado em 1986, quando foram constatados vários problemas e se chegou à conclusão de que as mudanças necessárias para solucionar essas dificuldades eram bastante profundas e envolviam muito mais do que um simples ajuste de carga horária ou inclusão ou exclusão de disciplinas.

O currículo aprovado em 1986 se distinguia pelo caráter tecnicista, especialista, desvinculado das questões sociais, além de ser extremamente rígido na proposta didático-pedagógica, na qual o conhecimento era centrado e veiculado através do professor e a sequência cronológica das disciplinas não permitia a mínima flexibilização.

As mudanças vislumbradas estavam relacionadas à aceitação de um novo paradigma educacional que incluía: humanização da saúde, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, complexidade, flexibilização curricular e aprendizado compartilhado, ou seja, o aluno é co-partícipe na construção do seu saber, e o professor deixa de ser uma fonte inesgotável de saberes e passa a ser um orientador experiente para seus alunos, um facilitador que aponta os caminhos para a aquisição de novos conhecimentos. Com isso, estimula-se um aprendizado centrado no aluno, sendo o professor mediador e facilitador desse processo.

Na UFRN, as discussões em torno dessa reforma curricular se arrastaram por 12 anos, com períodos de intenso trabalho e outros de espera. A maior dificuldade talvez tenha sido sair da etapa do diagnóstico para a etapa de sistematização de uma nova proposta. Foi necessário vencer a inércia que remetia às mesmas discussões, o medo de errar, a resistência às mudanças, o descrédito de alguns e a apatia de outros.

O ponto máximo dessa reflexão coletiva coincidiu com a elaboração da proposta para as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Farmácia, consolidada em vários eventos dentre os quais a I e II Conferência Nacional de Educação Farmacêutica e o Fórum Nacional de Diretrizes Curriculares, promovidos pelo Conselho Federal de Farmácia. A proposta de Diretrizes Curriculares foi encaminhada ao Conselho Nacional de Educação, cujo conteúdo foi integralmente acatado e aprovado, consubstanciando-se na Resolução CNE/CES n. 02 de 19/02/2002 que criou as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Farmácia. Em virtude da participação efetiva de vários docentes do Curso de Farmácia da UFRN nesses eventos, as discussões e reflexões sobre esse tema foram bastante enriquecidas e fundamentadas, embasando e subsidiando ainda mais as decisões a serem tomadas. Como as discussões sobre esse tema já eram uma constante na UFRN, os docentes do Curso de Farmácia deram uma forte contribuição nesses eventos, em decorrência do

amadurecimento de muitas idéias já buriladas ao longo dos anos que antecederam esses debates.

As mudanças que a classe farmacêutica desejava e que as Diretrizes Curriculares propuseram não poderiam ser ignoradas, pois alteram profundamente o perfil profissional a ser formado. Saem de cena as habilitações, cujo enfoque no medicamento, na análise de alimentos e no diagnóstico laboratorial era por demais tecnicista. Entra em cena o farmacêutico generalista, com formação voltada para a assistência farmacêutica, cujo âmbito abrange todas as áreas da atuação da Farmácia.

O atual currículo do Curso de Farmácia, implantado em 2002 (Currículo 001/2002 – Resolução 017/2002 – CONSEPE), teve seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) elaborado em consonância com as Diretrizes Curriculares aprovadas em fevereiro de 2002. Entretanto, a construção dessa nova concepção de formação foi fruto de uma longa reflexão, amadurecida nas discussões, na consciência das dificuldades a serem enfrentadas, mas animada e nutrida pela certeza de que os caminhos escolhidos eram os mais viáveis para a formação de um profissional preparado para enfrentar os desafios e incertezas de um mundo globalizado.

Esse Projeto Político-Pedagógico é, portanto, o resultado de todos esses anos de reflexão e trabalho, bem como do envolvimento dos professores que integram o Curso de Farmácia da UFRN, especialmente dos componentes da Comissão de Reforma Curricular que coordenou sua elaboração.

O grande desafio que instiga presentemente a comunidade acadêmica do Curso de Farmácia é a implantação desse Projeto Político-Pedagógico, é fazê-lo funcionar da maneira como se havia planejado e sonhado; é vê-lo concretizado a despeito de todas as dificuldades encontradas, sejam elas ideológicas, estruturais, administrativas ou pedagógicas, corrigindo-se os desvios de rumos que porventura ocorram durante a sua implantação.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE FARMÁCIA

Segundo André (2001, p. 188) o projeto pedagógico deve “expressar a reflexão e o trabalho realizado em conjunto por todos os profissionais da escola, no sentido de atender as diretrizes curriculares do sistema nacional de educação, bem como as necessidades locais específicas da clientela da escola”, Além disso, ele deve ser compreendido como a “concretização da identidade da escola e do oferecimento de garantias para um ensino de qualidade”.

O Projeto Político-Pedagógico dos cursos de graduação na UFRN deve ter como respaldo pressupostos teóricos e metodológicos que realcem tanto a formação ética quanto a competência técnica para enfrentar os desafios postos pelo mundo do trabalho, no contexto atual (CABRAL NETO, 2000).

A formação generalista do profissional estabelecida no Projeto Político-Pedagógico ressalta, como atribuições essenciais, a promoção e a proteção da saúde humana, desenvolvendo atividades associadas ao fármaco, ao medicamento e aos cosméticos, às análises clínicas e toxicológicas e ao controle, produção e análise de alimentos.

Além disso, o egresso do Curso de Farmácia da UFRN deverá ser um profissional com amplo conhecimento científico, capacitação técnica e habilidades para definição, promoção e aplicação de políticas de saúde, atuando como partícipe de equipe multiprofissional em todos os níveis de atenção à saúde, respeitando a legislação vigente e os princípios éticos da profissão.

A capacitação profissional do egresso deverá estar alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades para atuar com compreensão da realidade social, cultural, ambiental e econômica do seu meio. Esta atuação se fará através do exercício do pensamento crítico e juízo profissional; do gerenciamento; da análise de dados; da tomada de decisões e solução de problemas; da

comunicação oral e escrita; da construção do conhecimento e desenvolvimento profissional e da interação social. O farmacêutico deverá, portanto, compreender as diferentes concepções do processo saúde-doença, os princípios psicossociais e éticos das relações humanas e os fundamentos dos métodos científicos, atuando no sentido da transformação de realidades e benefício da sociedade, com a conseqüente melhoria da qualidade de vida da população.

O processo ensino-aprendizagem contido no PPP do Curso de Farmácia da UFRN tem como princípios norteadores: a construção da cidadania; a compreensão do processo saúde-doença; a reflexão sobre um modelo assistencial adequado às necessidades regionais; a integração entre ensino, serviço e comunidade; a integração entre teoria e prática; a ação e reflexão; a qualidade da assistência e o raciocínio investigativo.

É vital que o farmacêutico, seja qual for seu campo de atuação, tenha consciência do seu papel na sociedade como profissional e cidadão, que exerça suas funções com responsabilidade, ética e criatividade e que seja participante, e não somente observador, das transformações políticas e sociais que ocorrem de forma cada vez mais rápida no mundo globalizado. Para tanto, seu espírito crítico, sua capacidade de buscar informações e de se relacionar com outras pessoas deverá ser plenamente desenvolvida. Somente assim, ele estará sincronizado com as demandas da sociedade e do mercado e apto a realizar eficientemente as atividades inerentes à sua profissão.

O farmacêutico, como profissional da saúde, deve participar de equipes multidisciplinares, envolver-se na solução dos problemas e no desenvolvimento da sua comunidade, prestando uma assistência farmacêutica de qualidade e exercendo seu papel de multiplicador.

A flexibilidade curricular, a interdisciplinaridade, as metodologias ativas de aprendizagem, a prática como base da construção do conhecimento e as novas modalidades de avaliação são alguns dos recursos indispensáveis para a nova orientação da organização curricular.

ESTRUTURA CURRICULAR

Disciplinas

A organização da estrutura curricular contempla, inicialmente, 47 disciplinas obrigatórias e 16 complementares, com um mínimo de pré-requisitos exigidos, mas organizadas de tal forma a permitir uma integração vertical e horizontal entre elas (Estrutura Curricular em anexo). Essa organização poderá sofrer alterações à medida que as avaliações do projeto detectem pontos fracos ou que o corpo docente/discente evolua no sentido de aceitar outras formas de organização dos conteúdos.

As disciplinas obrigatórias somam 3.600 horas (240 créditos), representando 71,2% da carga horária total. Carga horária por nós considerada excessiva para disciplinas obrigatórias, porém necessária, uma vez que se está iniciando a formação generalista, e em se adotando uma carga horária menor poder-se-ia correr o risco de se ter uma diminuição na abrangência dos conteúdos da área farmacêutica. Serão destinadas 240 horas (16 créditos) para as disciplinas complementares, escolhidas pelo aluno, de acordo com seu interesse e formação desejada. Além das disciplinas complementares elencadas na estrutura curricular do Curso, o aluno poderá cursar outras disciplinas oferecidas pelos Departamentos Acadêmicos da UFRN.

O PPP do Curso de Farmácia enfoca a disciplina como um “meio” para se atingir os objetivos fins do currículo, contrariando os currículos anteriores, em que o professor, alçado da autoridade de “dono da disciplina”, criava um descompasso entre os objetivos do Curso e os objetivos da “sua” disciplina.

Estágios

O Estágio está dividido em sete etapas ao longo do Curso, constituindo-se em 20,4% de sua carga horária total. A vivência prática de situações reais propicia ao aluno momentos ricos para

aprendizagem por meio da integração dos conteúdos. Em decorrência desse fato, esses Estágios são distribuídos em graus de complexidade crescente, ao longo da estrutura curricular.

Como atividade curricular, os Estágios são desenvolvidos ao longo da formação acadêmica, destinando-se a essa atividade uma carga horária de 1.035 horas. Há que se dar condições para que o aluno, o mais cedo possível, possa entrar em contato com a realidade, tanto pela observação quanto pelo desenvolvimento de atividades em níveis crescentes de complexidade. Dessa forma, por força da realidade, o aluno é gradativamente desafiado a posicionar-se como profissional e a confrontar criticamente o que é ensinado com o que é praticado, seja do ponto de vista técnico científico, seja em termos éticos.

Os Estágios integram áreas temáticas propostas, desenvolvendo-se nas disciplinas práticas, farmácias hospitalares, de manipulação e comunitárias, nos laboratórios de análises clínicas dos hospitais e clínicas particulares, indústrias farmacêuticas e de alimentos, dentre outros.

No 1º período do Curso se desenvolve o Estágio I, com carga horária de 45 horas, cujo objetivo é permitir ao aluno uma visão panorâmica do âmbito profissional farmacêutico. As atividades se desenvolvem no campo de atuação do farmacêutico, através de visitas agendadas sob a coordenação de um docente, onde o aluno é levado a observar as atividades exercidas pelo profissional no cotidiano do seu exercício profissional. Como a profissão farmacêutica é multifacetada, há muito se vinha detectando a necessidade de, desde cedo, o aluno ter essa visão global do âmbito profissional, no intuito de permitir que as suas escolhas, no tocante às atividades complementares, fossem realizadas com mais critério e fundamento.

O Estágio II também tem carga horária de 45 horas e se desenvolve no 3º período do Curso. Tem como objetivo o desenvolvimento de atividades básicas integradas às rotinas de farmácias e laboratórios.

O Estágio III tem carga horária de 45 horas e se desenrola no 4º período do Curso. Esse Estágio permite inserir o aluno em projetos de extensão, desenvolvendo atividades junto a conselhos comunitários e escolas, visando a informação e discussão dos problemas da comunidade.

No 6º período do Curso se desenvolve o Estágio IV, também com 45 horas de carga horária. Os objetivos propostos para esse Estágio são a participação em projetos comunitários, desenvolvendo atividades de prevenção e educação para a melhoria das condições de saúde da população, prestando informações quanto ao uso adequado de plantas medicinais e alimentos, de doenças transmitidas por alimentos, como também orientação quanto à prevenção de doenças sexualmente transmitidas (DSTs), infecções parasitárias e câncer.

O Estágio V tem 45 horas de carga horária e acontece no 8º período do Curso. Esse Estágio objetiva a valorização da atenção farmacêutica em atividades da farmácia comunitária e hospitalar, bem como em laboratório de análises clínicas.

No 9º período do Curso ocorre o Estágio VI, com carga horária de 90 horas, cujo objetivo é desenvolver atividades em diversos setores, envolvendo o medicamento, o alimento e as análises clínicas e visando a integração de conhecimentos adquiridos em várias disciplinas.

No 10º período do Curso se desenvolve o último Estágio, o qual recebe o nome especial de Estágio Supervisionado Farmacêutico. Esse Estágio tem 720 horas, das quais 360 horas são obrigatoriamente cumpridas em serviços de farmácia, enquanto que as 360 horas restantes são desenvolvidas em qualquer área escolhida pelo aluno, no âmbito das análises clínicas e toxicológicas, indústria farmacêutica, indústria de alimentos ou na própria área de serviços de farmácia onde foram desenvolvidas as 360 horas obrigatórias.

Conteúdos Transversais

Muitos conteúdos, como, por exemplo, os relacionados às Ciências Humanas e Sociais, o Inglês Instrumental, a Matemática, a Língua Portuguesa, a Informática e a Legislação Farmacêutica são abordados transversalmente para não sobrecarregarem nem o currículo, nem o aluno, com informações compartimentalizadas e sem vínculo com as matérias para as quais esses conteúdos são necessários. É o caso da Matemática, que tradicionalmente era estudada em disciplinas básicas em todos os Cursos de Farmácia.

Os conteúdos de Matemática são requisitos básicos em muitas áreas das Ciências Farmacêuticas, o que torna difícil reunir todos os elementos em um só momento do Curso, sem exemplos práticos. Assim, ao invés de uma nova disciplina, os elementos de matemática indispensáveis ao bom desenvolvimento da aprendizagem são introduzidos dentro do contexto para o qual sua aplicação é necessária. Na Disciplina de Farmacotécnica, por exemplo, a matemática é vista através de operações com decimais e regras de três. Na Tecnologia Farmacêutica, há a necessidade de se introduzir as operações com integrais e derivadas.

O mesmo é aplicável à maior parte dos conteúdos relacionados às Ciências Humanas e Sociais, os quais são abordados transversalmente nas atividades e disciplinas de cunho essencialmente prático, como os Estágios (principalmente os realizados na primeira metade do curso), atividades complementares, etc. Além disso, de acordo com o perfil do profissional delineado, o caráter humanístico deve ser referencial teórico-metodológico para todas as disciplinas do Curso. Esses conteúdos, portanto, permeiam cada área de Farmácia.

No caso de Língua Portuguesa, especialmente no que se refere à expressão escrita, o uso correto da língua é estimulado durante todo o Curso, com maior ênfase nos primeiros semestres, em que, a partir de trabalhos escritos pelos alunos, os professores têm condições de reforçar pontos problemáticos ou orientar aqueles que apresentem maior dificuldade. Do mesmo modo, é enfatizada

a importância da Língua Inglesa, como ferramenta necessária ao maior acesso às informações. Durante o curso, a Língua Inglesa é trabalhada através de leitura e análise de trabalhos científicos publicados em periódicos internacionais e através de pesquisa em sites da Internet. As disciplinas que utilizam esses recursos são escolhidas nas reuniões de planejamento.

O uso da Internet é estimulado em todas as disciplinas desde o início do Curso. A informática constitui-se, hoje, em uma ferramenta indispensável ao aprendizado e também em qualquer setor da vida profissional. Portanto, o aluno é incentivado desde o início do Curso a conhecê-la e aplicá-la.

Em relação à Legislação Farmacêutica, que nos currículos anteriores constituía-se em uma árida disciplina, abominada por todos os alunos em decorrência da falta de contextualização de seu conteúdo, agora é integralmente aplicada, paulatinamente, perpassando várias disciplinas. Exemplos disso podem ser constatados na Farmacognosia, em que é estudada a legislação sobre fitoterápicos; na Farmacotécnica, as Boas Práticas de Manipulação; na Tecnologia Farmacêutica e no Controle de Qualidade, as Boas Práticas de Fabricação, e assim sucessivamente.

O Colegiado do Curso de Farmácia tem papel fundamental no planejamento das estratégias utilizadas para a implementação desses conteúdos transversais, através de reuniões que antecedem os semestres letivos, estabelecendo as disciplinas em que tais conteúdos devem ser ministrados. Esse planejamento requer também a colaboração efetiva dos Orientadores Acadêmicos de cada turma, os quais ao final de cada semestre realizam a avaliação sistemática das disciplinas cursadas no período, identificando possíveis distorções, deficiências ou desvios de metas, as quais mediante planejamento estratégico devem ser prontamente corrigidas no semestre seguinte.

Atividades Complementares

A carga horária complementar das atividades de formação acadêmica do Curso de Farmácia compreende disciplinas complementares e atividades complementares, estando normalizadas na Resolução 01/2002 – CCF.

Essas atividades complementares são obrigatórias para a integralização curricular e perfazem um total de 180 horas distribuídas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

São consideradas atividades de formação acadêmica de ensino a participação em projetos de monitoria de disciplinas que integram o elenco do Curso e a participação em seminários de integração, em que temas relevantes para a área de Farmácia são abordados, utilizando-se a interdisciplinaridade.

As atividades de formação acadêmica de pesquisa contemplam a participação em projetos de iniciação científica e a publicação de trabalhos em periódicos ou em anais de congressos.

É considerada como atividade de formação acadêmica de extensão a participação em seminários, palestras, congressos, conferências, encontros, cursos de atualização e similares. Além disso, a participação em estágios extracurriculares e a representação estudantil em colegiados de cursos, plenário de departamento e colegiados superiores são contabilizadas como atividades complementares.

Entende-se que a participação do aluno no fazer universitário é de grande importância para a sua formação. Os cursos de graduação têm como responsabilidade, além da formação profissional, a formação de cidadãos.

O Colegiado do Curso de Farmácia tem a função de avaliar, validar e registrar as atividades complementares comprovadas pelos alunos.

PESQUISA E EXTENSÃO

Um dos objetivos do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Farmácia é proporcionar o envolvimento crescente dos discentes nos programas de pesquisa e extensão, sincronizados com a política geral da universidade para essas atividades, visando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Na prática, está sendo utilizado o imenso potencial dos laboratórios dos Departamentos de Farmácia e de Análises Clínicas, onde são desenvolvidos inúmeros projetos de extensão e de prestação de serviços, além dos projetos de pesquisa referentes às bases de Pesquisa de Desenvolvimento de Medicamentos e Bioanálises.

A cada período, o aluno tem oportunidade de colaborar em alguma dessas atividades, de acordo com a necessidade do projeto e sua afinidade pelo tema do trabalho. Com isso, obtém a carga horária complementar em atividades de formação acadêmica, o que possibilita um melhor conhecimento em uma determinada área e aquisição de algumas habilidades específicas.

A inserção de um grande número de alunos nesses projetos leva a um maior dinamismo nessas atividades. Nesse sentido, está sendo criado um ciclo virtuoso, com um aumento significativo da produção científica, o que poderá contribuir para a melhoria da infraestrutura e a ampliação das atividades acadêmicas, possibilitando a exploração de espaços pouco ocupados pelos discentes e docentes do Curso de Farmácia.

A FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE FARMÁCIA

A flexibilização curricular tem constituído, nos últimos tempos, um desafio na forma de conceber e desenvolver o currículo. Segundo Leite (1999), o princípio da realização pessoal como o direito inalienável de todo o indivíduo para escolher livremente diversas

trajetórias educativas implica o reconhecimento da existência de experiências de vida diversificadas, afastando-se da idéia de um único caminho para a formação.

A flexibilização curricular permite substituir o modelo de grade curricular por uma nova estrutura em que o aluno participa do processo de formação profissional de maneira que o ensino não se dê apenas na sala de aula, mas tendo a comunidade como colaboradora eficaz desse processo. A teoria e a prática não podem aparecer como princípios dicotômicos, além do que o ensino não pode ficar submisso a conteúdos descritivos, uma vez que a aquisição de novos conhecimentos contribui para uma visão crítica que permite ao aluno extrapolar a aptidão específica de seu campo de atuação profissional.

Ao se fazer uma análise comparativa entre o Currículo aprovado em 1986 (Currículo A4, Resolução 037/1986 – CONSEPE) e o atual Currículo do Curso de Farmácia (Currículo 001/2002, Resolução 017/2002 – CONSEPE), pode-se observar claramente uma significativa evolução no sentido da flexibilização curricular.

A flexibilização curricular concretizada no Currículo 001/2002 é evidenciada com mais ênfase nos seguintes aspectos:

1. Diminuição de pré-requisitos;
2. Diminuição de Disciplinas Obrigatórias;
3. Introdução de Disciplinas Complementares;
4. Introdução de Atividades Complementares;
5. Conteúdos Transversais;
6. Estágios Curriculares em níveis crescentes de complexidade.

Essa flexibilização tem importância fundamental no novo conceito de formação estabelecido como meta no PPP do Curso, permitindo que o aluno construa seu conhecimento de maneira mais

responsável, aprofundando áreas que lhe são afeitas, sem descuidar daquelas imprescindíveis ao conhecimento global da profissão farmacêutica.

Além disso, a flexibilização permite correções de distorções de ordem administrativa da burocracia acadêmica, muito frequentes no currículo anterior, em que o estabelecimento de pré-requisitos, sem uma justificativa plausível, criava sérios obstáculos à integralização curricular.

DIMINUIÇÃO DE PRÉ-REQUISITOS

O Currículo aprovado em 1986 (Currículo A4, Resolução 037/1986 – CONSEPE) é o que se poderia chamar de currículo inflexível, engessado, porque todas as suas disciplinas, com exceção das do 1º período, possuíam pré-requisitos, muitos dos quais totalmente descabidos. Só para exemplificar, a disciplina Física Industrial oferecida no 9º período tinha como pré-requisito a disciplina Elementos de Matemática e Estatística oferecida no 1º período do Curso.

No Currículo 001/2002, buscou-se uma maior racionalidade na determinação dos pré-requisitos, de maneira que a estrutura curricular ficasse mais livre e que, dessa forma, possíveis desnivelamentos pelos alunos pudessem ser melhor resolvidos.

DIMINUIÇÃO DE DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

De acordo com Húsen (1988), é pertinente se estar alerta para os perigos de uma escola que “obriga” todos ao mesmo, isto é, de uma formação acadêmica que trata os alunos, em si diferentes, como se todos fossem iguais.

A experiência tem demonstrado que atitudes como essa penaliza alunos pertencentes a grupos sociais e culturais mais afastados.

No Currículo aprovado em 1986, todas as disciplinas, sem exceção, eram obrigatórias. Nas discussões que precederam a

reforma desse currículo, partiu-se da suposição de que o aluno não saberia escolher que disciplinas eram mais adequadas à sua formação.

No Currículo 001/2002, tentou-se ao máximo minimizar as disciplinas obrigatórias presentes na estrutura curricular. No entanto, elas ainda representam 71,2% da carga horária total do currículo. Essa carga horária foi considerada excessiva pela própria Comissão de Reforma Curricular, porém as incertezas quanto à nova formação do farmacêutico generalista impeliram a Comissão a tomar essa decisão em nome da cautela, como foi referido anteriormente. No entanto, essa decisão poderá ser revista posteriormente, diante das avaliações que serão executadas durante a implantação do Projeto Político-Pedagógico.

INTRODUÇÃO DE DISCIPLINAS COMPLEMENTARES

Diferente do Currículo aprovado em 1986, no qual não existia uma única disciplina complementar, o Currículo 001/2002 oferece uma série de disciplinas complementares, além da possibilidade de serem inseridas outras de acordo com as necessidades verificadas pelo Colegiado do Curso.

O recurso das disciplinas complementares utilizado no novo PPP facilitará a introdução de conteúdos que venham reforçar determinadas áreas da abrangência curricular, sem aumentar a carga horária total do Curso e nem penalizar aqueles alunos que não tiverem interesse nesses conteúdos.

INTRODUÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares, inexistentes no Currículo aprovado em 1986, são um outro recurso no âmbito da flexibilização curricular que visa incentivar os alunos na participação de eventos, ensino, pesquisa e extensão, desenvolvendo habilidades gerais como a comunicação, liderança, tomada de decisões, além de ser uma excelente estratégia para se estimular uma educação permanente e atualizada.

CONTEÚDOS TRANSVERSAIS

No Currículo aprovado em 1986 tudo que se imaginava de conteúdos necessários ao aluno lhe era oferecido sob a forma de disciplinas obrigatórias.

O atual PPP do Curso de Farmácia vislumbrou uma alternativa inovadora para suprir determinadas carências específicas: a transversalidade de conteúdos. O Inglês Instrumental, a Matemática, a Língua Portuguesa, a Informática, a Legislação Farmacêutica e os conteúdos relacionados às Ciências Humanas e Sociais passaram a ser abordados transversalmente, não sobrecarregando o currículo, nem o aluno, com informações compartimentalizadas e sem vínculo com as matérias para as quais esses conteúdos são necessários.

ESTÁGIOS CURRICULARES EM NÍVEIS CRESCENTES DE COMPLEXIDADE

No Currículo aprovado em 1986, existia apenas um único Estágio de 360 horas no final de cada habilitação.

O novo PPP estabeleceu níveis crescentes de complexidade para 07 Estágios que são desenvolvidos, a partir do 1º período, durante todo o Curso.

Essa estratégia permite que o aluno comece desde o início do Curso a desenvolver habilidades gerais (comunicação, tomada de decisões, gerenciamento e administração, atenção à saúde, dentre outras) inerentes à profissão farmacêutica, assim como lhe dá oportunidade de entrar o mais cedo possível em contato com a realidade, pela observação ou pelo desenvolvimento de atividades que, por força da situação vivenciada, ele seja gradativamente desafiado a se posicionar como profissional.

A flexibilização estabelecida no atual PPP do Curso de Farmácia permite formar profissionais críticos que compreendam as novas relações de produção e de trabalho, que compreendam a necessidade contínua de buscar novos conhecimentos, além de conhecerem os caminhos pelos quais essa busca pode ser efetivada.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. C. R. D. *História do Ensino Farmacêutico no RN*. Natal: Ed. Universitária, 1992, 202p.

ANDRÉ, M. E. D. O projeto pedagógico como suporte para novas formas de avaliação. In: A D. CASTRO; A. M. P. de CARVALHO (Orgs). *Ensinar a ensinar*. São Paulo, 2001.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <www.mec.gov.br/legis/default.shtm>. Acesso em: 12 mai. 2004.

CABRAL NETO, A. Notas para uma discussão contextualizada sobre o Projeto Político-Pedagógico. In: M. D. ALMEIDA (Org.) et al. *Projeto Político-Pedagógico*. Natal: EDUFRN, 2000, 40p. (Coleção pedagógica n. 1).

HÚSEN, T. *Nuέvo análisis de la sociedade del aprendizaje*, Barcelona: Paidós, MEC, 1988.

LEITE, C. A flexibilização curricular na construção de uma escola mais democrática e mais inclusiva. *Terrítório Educativo*, n. 7 mai. Porto: Direção Regional de Educação do Norte. p. 20-26, 2000. Disponível em: <<http://www.fpce.up.pt/~ciie/publs/artigos/dren.doc>>. Acesso em 10 mai. 2004.

MEC. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Resolução CNE/CES n. 2, de 19 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sesu/ftp/resolucao/0202Farmacia.doc>>. Acesso em: 12. mai. 2004.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FARMÁCIA, março de 2002, Resolução n.017/2002-CONSEPE de 19/03/2002.

ESTRUTURA CURRICULAR – CURSO FARMÁCIA

UFRN	Centro: Ciências da Saúde		
	Curso: Farmácia		
	Currículo: 404F		

Créditos		Carga Horária	
Aula	138	Aula	2040
Lab.	102	Lab.	1560
Est.	23	Est.	1035
Disc. Compl.	16	Disc. Compl.	240
Ativ. Compl.		Ativ. Compl.	180
Total	279	Total	5055

Duração do Curso (em semestres)		
Mínimo	Máximo	Ideal
10	15	10

1º SEMESTRE						
Código	DISCIPLINA	Ob.	Cr	CH		
FAR001	Introdução a Farmácia		06	90	-	
DBG020	Biologia Celular e Molecular		05	75	-	
MOR040	Anatomia (MOR045/MOR044)		06	90	-	
MOR045	Histologia (MOR040/MOR044)		04	60	-	
MOR044	Embriologia(MOR040/MOR045)		03	45	-	
QUI070	Química Geral e Inorgânica		04	60	-	
FAR002	Estágio I		01	45	-	
	TOTAL		29	465		

2º SEMESTRE						
Código	DISCIPLINA	Ob.	Cr	CH	Pré-requisito	
QUI071	Química Analítica		05	75	QUI070	
QUI072	Química Orgânica I		05	75	-	
DFS020	Fisiologia		06	90	MOR040/MOR045	
DBF020	Princípios Físicos Aplicados a Farmácia		04	60	-	
DBG021	Genética		04	60	DBG020	
FAR003	Seminários em Farmácia		01	15	-	
FAR004	Primeiros Socorros		02	30	-	
	TOTAL		27	405		

3º SEMESTRE						
Código	DISCIPLINA	Ob.	Cr	CH	Pré-requisito	
DBQ023	Bioquímica		08	120	DBG020	
FAR005	Princípios de Biofarmácia e Farmacocinética		03	45	FAR001/DBG020	
QUI073	Química Orgânica II		05	75	QUI072	
QUI075	Físico-Química Aplicada a Farmácia		04	60	-	
QUI076	Química Analítica Instrumental		05	75	QUI071	
EST236	Tópicos de Estatística em Farmácia		03	45	-	
ACT030	Estágio II		01	45	FAR002	
	TOTAL		29	465		

4º SEMESTRE					
Código	DISCIPLINA	Ob.	Cr	CH	Pré-requisito
PAT022	Patologia		04	60	DFS020
DMP020	Microbiologia Básica		05	75	DBG020
DMC021	Parasitologia Básica		05	75	-
DMP022	Imunologia		04	60	-
DSC002	Saúde Pública		06	90	EST236
DBF011	Farmacodinâmica		05	75	FAR005
ACT031	Estágio III		01	45	ACT030
	TOTAL		30	480	
5º SEMESTRE					
Código	DISCIPLINA	Ob.	Cr	CH	Pré-requisito
FAR006	Bromatologia		04	60	DBQ023
FAR007	Farmacognosia		10	150	FAR001/QUI073
FAR008	Química Farmacêutica		06	90	QUI073
ACT032	Toxicologia		10	150	FAR005
	TOTAL		30	450	
6º SEMESTRE					
Código	DISCIPLINA	Ob.	Cr	CH	Pré-requisito
ACT033	Bioquímica Clínica (FAR009)		06	90	DBQ023
FAR009	Farmacologia Aplicada (ACT033)		08	120	DBF011
ACT034	Imunologia Clínica		06	90	DMP022
FAR010	Enzimologia		04	60	DBQ023
FAR011	Operações Farmacêuticas		03	45	-
FAR012	Análises Bromatológicas		04	60	FAR006/QUI076
ACT034	Estágio IV		01	45	ACT031
	TOTAL		32	510	
7º SEMESTRE					
Código	DISCIPLINA	Ob.	Cr	CH	Pré-requisito
FAR013	Farmacotécnica		10	150	FAR005/QUI075
FAR014	Cosméticos		04	60	QUI073
FAR015	Gerenciamento Farmacêutico		04	60	-
ACT036	Hematologia Clínica		06	90	DBG021/DBQ023
FAR016	Farmácia Hospitalar		06	90	FAR011/FAR005
	TOTAL		30	450	

8º SEMESTRE					
Código	DISCIPLINA	Ob.	Cr	CH	Pré-requisito
ACT037	Parasitologia Clínica		06	90	DMP021
ACT038	Citologia Clínica		06	90	PAT022
ACT039	Microbiologia Clínica		06	90	DMP020
FAR028	Estágio V		01	45	ACT035
	TOTAL		19	315	
9º SEMESTRE					
Código	DISCIPLINA	Ob.	Cr	CH	Pré-requisito
FAR017	Tecnologia Farmacêutica(FAR018)		06	90	FAR013
FAR018	Controle de Qualidade de Medicamentos (FAR017)		06	90	QUI076
FAR019	Deontologia e Legislação Farmacêutica		03	45	-
FAR020	Farmacotécnica Homeopática		04	60	-
ACT040	Estágio VI		02	90	FAR028
	TOTAL		21	375	
10º SEMESTRE					
Código	DISCIPLINA	Ob.	Cr	CH	Pré-requisito
FAR029	Estágio Supervisionado Farmacêutico		16	720	1º ao 9º Semestre
	TOTAL		16	720	
1º ao 10º SEMESTRE					
Código	DISCIPLINA	Ob.	Cr	CH	Pré-requisito
	Disciplinas Complementares		16	240	
	Atividades Complementares			180	
	TOTAL		16	420	

DISCIPLINAS ELETIVAS (COMPLEMENTARES)					
Código	DISCIPLINA	Ob.	Cr	CH	Pré-requisito
FAR021	Introdução a Biotecnologia		03	45	DBG021
FAR022	Radioisótopos		03	45	-
FAR023	Metodologia da Pesquisa na Área Farmacêutica		03	45	-
FAR024	Métodos Instrumentais Aplicados a Análise de Medicamentos		03	45	QUI076
FAR025	Produção de Medicamentos		03	45	FAR013
FAR026	Controle Biológico de Medicamentos		03	45	FAR013/DMP020
FAR027	Fitoquímica		03	45	FAR007
ACT041	Biologia Molecular Aplicada		04	60	DBG021
DSC003	Saúde e Cidadania		04	60	-
ACT042	Bioquímica Hormonal		03	45	ACT033
ACT043	Imuno-hematologia		03	45	DMP022
ACT044	Micologia Clínica		03	45	-
ACT045	Uroanálise		03	45	ACT033
ACT046	Boas Práticas em Laboratório de Análises Clínicas		03	45	-
ACT047	Tópicos em Análises Clínicas		03	45	-
QUI077	Análise Funcional Orgânica		03	45	QUI073

	Carga Horária Total
CARGA HORÁRIA TEÓRICA	2040
CARGA HORÁRIA PRÁTICA	1560
CARGA HORÁRIA TOTAL EM ESTÁGIO	
CARGA HORÁRIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO	1035
DISCIPLINAS ELETIVAS (Mínimo)	240
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	180
TOTAL (em horas)	5055